

## **MEMÓRIAS DESCUIDADAS: A ESTRELA NEGRA NA POÉTICA CRIOLA DE ENEIDA NELLY**

DEJAIR DIONÍSIO

Leitor brasileiro em Cabo Verde na Universidade Pública de Cabo Verde.  
Doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina  
[dejair.dionisio@docente.unicv.edu.cv](mailto:dejair.dionisio@docente.unicv.edu.cv)

### **Resumo:**

Primeiro de maio de dois mil e onze, Campo de Concentração do Tarrafal (Chão Bom). A visita guiada ao campo que acontece todos os anos, nesse dia, é a marca de um dos momentos de ruptura com o sistema colonial que vigorou até 1975. Nelly deu aos visitantes, uma mostra de que o pensamento de Cabral persiste, pela via poética, em textos lidos em homenagem ao herói e lembrou ainda Kaiberdeano Dambará. A apresentação em vídeo (que será compartilhada juntamente com a análise dos poemas aqui citados), dessa que talvez tenha sido a última imagem em que a autora lê um dos seus textos inéditos, demonstra o quanto há para ser pesquisado e dito sobre esse herói plurinacional – Amílcar Cabral – e aqueles que ousaram apresentar um outro Cabo Verde via o “eu-lírico de Dambará”. Para além de, relembrando Lura: “nos poemas de Nelly encontramos uma intensidade e profundidade que são admiráveis para uma poetisa tão jovem”, podemos perceber que a mística que ronda a poesia cabo-verdiana de ter dado as costas a África, não persiste em todos os autores e autoras. A autora também diria que o lançamento em Lisboa do “Sukutam” era o corolário de uma longa luta durante a qual se sentiu mais apoiada, acarinhada e solicitada, do que na sua própria terra natal. “Sentia-me como uma filha que cresce no seio de uma família e ninguém nota esse crescimento. Em Lisboa, sobretudo por parte de colegas e amigos cabo-verdianos, sentia que valorizavam a minha escrita e a aplaudiam. E todo esse apoio levou-me a desejar muito este dia que hoje celebramos o lançamento”. Nelly esperava “Sukutam” fazer a sua peregrinação junto dos leitores e da crítica. Essa peregrinação junto à crítica, que não pode ser descuidada, nos dará a conhecer essa que – mesmo não estando entre nós – representa a força poética dessa geração de poetisas e poetas que não descuidaram de trazer para o imaginário atual a força poética que ronda o pensamento libertário e societário de Amílcar Cabral.

**Palavras-chave:** Poesia afro-caboverdeana, memória, Cabo Verde, Kaiberdeano Dambará, Amílcar Cabral

\*

A estrela, símbolo da esperança em quase todos os povos e simbolizando também, a busca do local ideal ou a conquista de algo aparentemente inalcançável, aparece na bandeira que uniria vários guineenses e cabo-verdianos numa luta em comum: a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Sobre essa égide, o fato dos dois países estarem separados geograficamente (um na porção continental e outro no arquipélago, para além das diferenças culturais, linguísticas entre outras tantas, o fato de uma literatura ser produzida a partir do olhar do militante e fundador do PAIGCV – Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral, muito diz sobre o espírito de luta e o olhar para as diferenças brutais de tratamento destinado para as duas colônias de possessão portuguesa que durou até meados de 1975. Para além dessas duas, outros locais eram alvo do trabalho de libertação literária empreendido por Cabral e seu grupo: Angola, Moçambique e o outro arquipélago que compreende as ilhas de São Tomé e Príncipe.

Estes países, que são fruto do colonialismo português, estiveram submetidos a “teoria e prática da colonização”, tendo como primeiro foco estabelecer uma colônia que designa um grupo ou um agrupamento de pessoas que partem de um país, por variados motivos como guerras, necessidade de trabalho, ganho financeiro e outros.

Diferente da imigração, os colonizadores não se submetem as leis do país que os acolhe, o que, de imediato, leva a possíveis conflitos étnicos, religiosos, de posse da terra e acabam por submeter os que já se encontravam nesses territórios seja pela força física ou pela superioridade financeira. Assim, não se separa a violência da invasão, travestida na palavra imigração, com a submissão e dominação dos grupos nativos, alijando-os da sua cultura e da sua identidade, que é o grande fator de conflito que prevalece quando acontece esse sistema num determinado local.

Essa forma que se combina com o Imperialismo, que é o domínio institucionalizado de um Estado sobre outros povos, se intensificou a partir da expansão dos países europeus, que se inicia a partir do Tratado de Tordesilhas (1494) e a divisão de zonas de influência entre Portugal e a Espanha, surgindo posteriormente holandeses, ingleses e franceses. A busca de mercado comercial e a necessidade de estabelecer o controle sobre os mares, como aconteceu nos mares da China e o domínio português do Oceano Índico, além da ocupação de outros territórios, como as terras americanas em busca de riquezas naturais, diversificando as formas de ocupação e domínio, tanto que na Ásia e na África a partir do século XVII, primeiro tentou-se estabelecer acordos comerciais para, depois, encaminhar-se para a total partilha e ocupação pelos Estados europeus que desembocou na Conferência de Berlim (1884-1885).

Alguns invocaram motivações que derivavam de *missões* que lhe foram repassadas: Portugal com a missão evangelizadora, que se formalizou na Constituição de 1933 e se manteve até o 25 de abril de 1974, data do fim do Estado Salazarista em Portugal; franceses invocaram a difusão das luzes; os ingleses alegaram ter recebido de Kipling<sup>1</sup> a revelação de que a Providência os haviam encarregado de carregar o pesado fardo de civilizar os povos distantes.

Sendo assim, até o final dos anos 1960, as autoridades portuguesas tinham sabido tirar o melhor partido político-diplomático das teses de Gilberto Freyre sobre o luso-tropicalismo, que pintava um quadro idílico da

---

<sup>1</sup> Rudyard Kipling (1865-1936) foi um dos maiores escritores ingleses e um dos poetas mais populares na Inglaterra. Nascido na Índia, em Bombaim, no tempo da colonização e violência do Império Britânico. Começou sua atividade como jornalista na Índia, em Bombaim, onde nasceu, filho de ingleses em missão colonial. É considerado o grande porta-voz do Império Britânico e sua obra além de retratar os pontos mais remotos do grande império, quase sempre enaltece a presença civilizadora dos ingleses. Elogiado por T. S. Eliot, sua poesia alcançou prestígio internacional, além dos seus contos e romances alcançarem rapidamente edições em todo o mundo. Recebeu a suprema honraria do Prêmio Nobel em 1907. Além de seus livros de poemas, escreveu ensaios jornalísticos e depoimentos sobre suas inúmeras viagens. Entre suas muitas obras, destacam-se *Livro da Jângal* (1895) e *Kim* (1901).

presença portuguesa nos trópicos como um caso de coabitação bem sucedida entre povos e culturas de continentes diferentes.

No auge da guerra fria, as chancelarias ocidentais contentavam-se com o que lhes era apresentado pela propaganda salazarista e não manifestavam interesse em aprofundar as investigações sobre o que realmente se passava em Portugal e no seu Império Colonial, se havia ou não violação dos direitos humanos, se o colonialismo português contribuía ou não para a prosperidade e o desenvolvimento dos povos sujeitos ao seu domínio. Ao fim e ao cabo, essas chancelarias estavam receosas de melindrar um parceiro que dava luta implacável a qualquer hipotético perigo comunista e que, graças às riquezas angolanas, ocupava um honroso lugar em muitas instâncias de regulação do comércio internacional sempre que se falasse de diamantes, café, algodão, de minérios vários.

Assim, o negócio dos diamantes era controlado pelo cartel que incluía a União Soviética, a África do Sul e Portugal (em nome de Angola), no que se refere à produção; Israel, para a lapidação; Reino Unido, para a comercialização. Ignorando as divergências ideológicas que opunham os governos respetivos, esses parceiros fixavam, à escala mundial e a partir de Londres, o nível de produção, os preços de diamantes brutos e lapidados as áreas de distribuição.

Ao longo de toda a década de 1950, os esforços de diplomacia portuguesa tinham sido orientados em direção aos países afro-asiáticos que poderiam ser sensíveis às pretensões da União Indiana sobre Goa, Damão e Diu. Esses esforços não foram em vão, sendo de assinalar, no seu ativo, as visitas a Portugal do Imperador Hailé Salassié da Etiópia e do Presidente Mirza do Paquistão, na segunda metade dos anos 1950, e do Presidente Sukarno, da Indonésia, em 1960, tendo este oferecido um importante e inesperado apoio às teses salazaristas quando declarou em Lisboa que a Indonésia não tinha qualquer reivindicação sobre Timor e que considerava Portugal um país vizinho e amigo.

Nos primórdios dos anos 1960, os raros países independentes de África, enfrentando sérias dificuldades para por de pé as instituições dos novos estados, tinham um peso marginal na cena política mundial. O pouco que podiam fazer era direcionado para o apoio ao povo argelino que travava sangrenta luta contra as forças coloniais francesas, estimadas em mais de 500.000 homens.

As turbulências que acompanharam a independência do Congo ofereciam a Salazar novos argumentos para proclamar a incapacidade do continente africano para o exercício da soberania. Internamente, embora o regime salazarista fosse fortemente contestado, dando lugar a uma feroz repressão, o fato é que se podia constatar um grande consenso nacional no que se referia à questão colonial.

Nem mesmo o PCP (Partido Comunista Português) tinha uma posição clara sobre a matéria, antes considerando que a verdadeira luta que devia conjugar os esforços de todos era contra o fascismo. A entrada de Portugal para a ONU, em 1955, fora convenientemente preparada, com a revisão constitucional de 1951. No léxico do *Portugal Uno e Indivisível*, deixaram de existir colônias, as quais passaram a chamar-se províncias ultramarinas, cada uma com direito a estatuto especial garantindo autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Quanto à definição do território nacional, para o caso de Macau, é utilizada a formulação ambígua, destinada a agradar a gregos e a troianos, mais particularmente À República Popular da China, pois na Ásia, encontra-se também sob jurisdição da República Portuguesa o território de Macau. Não era dito expressamente (como se fizera para as demais colônias) que Macau era parte integrante do território português, podendo-se entender que era parte da China administrada por Portugal, por mútuo acordo. Ficava uma porta aberta para uma saída negociada de Macau, sem por em causa o princípio da intangibilidade das fronteiras do Império Uno e Indivisível que se estendia por três continentes.

Não obstante a imagem que Salazar pretendia dar de igualdade de tratamento e de oportunidades oferecidas a todas as partes de um todo irmanado na prossecução de um destino comum, a revisão constitucional não tocou nem no Estatuto do Indigenato, nem nas leis racistas dos anos de 1940, que discriminavam mesmo os brancos nascidos nas colônias, ou no sistema das preferências aduaneiras imperiais, que fazia das colônias mercados protegidos a que só os grupos económicos portugueses tinham acesso. As relações comerciais continuaram a decorrer em conformidade com a orientação definida por Salazar por ocasião da aprovação do Ato Colonial, em 1930 que versava num de seus artigos que “as colônias produzam e vendam à metrópole as matérias-primas e com o preço destas adquiram os produtos manufaturados.”

Salazar soube jogar habilmente na arena internacional, tirando partido de trunfos tão sólidos como as riquezas angolanas, a importância estratégica dos Açores para a ONU e certa aura de sabedoria que permitira salvar Portugal da bancarrota financeira herdada da primeira república e manter o equilíbrio e a neutralidade do país ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Com os ventos da mudança a sopraem cada vez com maior intensidade na cena política internacional, o imobilismo ultraconservador de Salazar passa a ser contestado. Aos poucos, vão saindo da cena política alguns dos seus aliados incondicionais, substituídos por personalidades com ideias e ideais novos. Morre o papa Pio XII, que é substituído por João XXIII; no Brasil, Jânio Quadros substitui Juscelino Kubitschek; nos Estados Unidos, a dupla Eisenhower/Foster Dulles cede o lugar a John Kennedy, que inaugura uma política africana em confrontação direta com a diplomacia portuguesa.

Sentindo-se cada vez mais isolado internacionalmente, o regime reage com a maior brutalidade em face de qualquer movimento de contestação. Na Baixa do Cassange (Malange-Angola), em janeiro de 1961, a população indígena insurge-se contra a obrigatoriedade de cultivar algodão, em detrimento das lavras tradicionais de subsistência, decisão imposta pelo governo a favor da Contanang. Esta fixava como queria o preço de compra do algodão, sem um esforço no seu cultivo. A repressão, violenta, com larga utilização de napalm, deixa 7.000 mortos e muitos milhares de feridos. Era então governador de Malange o cabo-verdiano Júlio Monteiro. Homem aberto à colaboração com o regime protesta contra a repressão e contra o fato de ter sido ultrapassado pelas Forças Armadas e pela PIDE, sem ter sido chamado a encontrar outra solução às reivindicações da população. Secamente, é destituído das funções de governador e colocado em Lisboa, no Ministério do Ultramar, sem funções, nem mesmo gabinete de trabalho. Parece-nos que, nesse momento, após ser mandado para Portugal, havia compreendido “que preto nas estruturas do poder colonial e neocolonial ainda vigente, era só para colorir a fotografia, para inglês ver.” No clima de crispação em que se vivia na altura, vários abraços e palavras de solidariedade da parte de outros cabo-verdianos, foram lhe negado.

## II

Motivações variadas à parte, o que ficou, para além de outros fatores que não discutiremos aqui, foi o uso das línguas dos dominantes, dentro dos territórios colonizados. Pensando no caso específico das colônias portuguesas, o olhar dessa produção estético-literária, que parte do uso da Língua Portuguesa, algumas considerações são importantes para o entendimento do porque do uso dessa língua, língua colonizadora, de uso e de submissão durante os períodos de escravidão e de dominação colonizante. Desse pressuposto literário, considerado por alguns como sendo de uso da língua e não uma literatura de expressão portuguesa, Alfredo Margarido afirma ter rejeitado esse termo, pois “não se trata de escrever em língua portuguesa, mas de se manter fiel à *expressão portuguesa*, o que seria contraditório com a substância nacional da escrita. (1980, p. 8)<sup>2</sup> Assim, fica resguardada a historicidade do resultado de um combate ao colonialismo que não começa numa ou noutra data específica, mas que se consubstancia ao longo de vários séculos, tendo-se agravado a partir de 1961 com o avanço das guerras coloniais que aconteceram por causa da multiplicação da guerrilha interna dentro do seio dos espaços ocupados pelo colonialismo português. Alguns ainda ousam dizer e o afirmam, ainda conforme Margarido (1980) “que foram os portugueses, os colonizadores, que libertaram os dominados, *descolonizando-os*. (p. 7)<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Grifo do autor

<sup>3</sup> idem

Se olharmos dessa forma estreita, os portugueses aparecerão como os únicos atores e possíveis pensadores de todo o processo, o que, invariavelmente, nos leva a acreditar na impossibilidade dos povos africanos conduzirem por si mesmos, os seus métodos de libertação, a sua forma de atuar nesse cenário e de poder ser o seu próprio facilitador do processo.

Nesse sentido, o ocaso do descolonialismo, do ponto de vista de parte dos dirigentes portugueses, aparecerá posteriormente em todo o processo literário e nos discursos neocolonialistas, fazendo valer o olhar português sobre essa literatura, que aparecerá nos estudos literários sistematizados como *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, em estudos de Pires Laranjeira, Tânia Macedo, Simone Caputo Gomes, Alfredo Margarido, Rita Chaves, Jose Carlos Gomes dos Anjos, Maria Aparecida Santilli ou Sérgio Paulo Adolfo.

Logo após as independências dos dois países em análise, datada em 1975, surgem estudos que irão desafiar esse conceito anterior que classificamos como neocolonizadores. Boaventura de Sousa Santos, afirmará que esses movimentos, alternando-se nas fronteiras temporal e espacial e sendo alterados pelas descobertas científicas, ganharão uma voz mais potente no sentido da contestação do modelo que amarra essas literaturas, ao considerar que “um dos desafios teve origem... nas ‘epistemologias etno-raciais’”. Esta caracterização pressupõe que a epistemologia dominante ou hegemônica é ‘masculina/branca’, embora o nome que usa não seja esse, antes o de ciência neutra e objetiva e de conhecimento desinteressado. (SANTOS, p. 681, 2004) Ainda sob a perspectiva neocolonizante, a recuperação da assertividade cotidiana explicitação de Santos, denuncia o local de poder que tornará a mediação literária no arquipélago, o mote para a chegada aos espaços de poder, que já estavam evadidos dos sopros do utilitarismo da literatura para esse fim.

### III

A Negritude foi um movimento intelectual de protesto e autoafirmação que foi iniciado por africanos e afrodescendentes ativos no meio universitário parisiense por volta de 1932, no apogeu do colonialismo, provocando uma verdadeira eclosão cultural negra e o surgimento de uma expressão literária específica, com ressonâncias em todos os continentes. O conceito foi criado pelo martinicano Aimé Césaire, que a considerava movida por uma tomada de consciência concreta da opressão, da profanação dos direitos e da dignidade humanos pela instituição da escravatura e pela busca de autoidentificação da parte dos africanos e afrodescendentes. Segundo uma definição do senegalês Leopold Senghor, um dos seus corifeus, “a Negritude é o conjunto de valores não somente dos povos da África, mais ainda das minorias negras da América, da Ásia e da Oceania” (Senghor apud Laranjeira, 1995, p. 85). O movimento (que sofreu influências da revolução cultural que, já desde a década de vinte, estava efervescendo nos Estados Unidos, com a Black

Renaissance, conhecida também como Harlem Renaissance ou New Negro), evoluiu em diferentes direções e o conceito adquiriu depressa um conteúdo polémico e múltiplo, passou a programa de ação, teve seu ramo militante, foi festejado e combatido. As profundas repercussões da Negritude ainda hoje se fazem sentir, de uma forma ou de outra, mesmo que a revisão crítica da sua atuação a tenha aparentemente esvaziado.

Esse movimento teve influência direta no pensamento e na conceituação de liberdade e das lutas de independência que iriam estimular o levante literário que teve como pano de fundo, importantes pensadores, oradores e demais ativistas intelectuais e políticos em várias partes do continente africano e seus arquipélagos. Encontraremos principalmente nos vinte anos imediatamente anteriores a morte de Cabral (1973), um breviário rico em autores (as) que terão contribuições importantes com suas escritas, mas também, com a sua militância. Agostinho Neto (Angola), Viriato da Cruz (Moçambique), José Francisco Tenreiro (São Tomé e Príncipe), Luandino Vieira (Angola), Noémia de Souza (Moçambique) que se destacam pelas suas ações no campo político e intelectual, serão também influenciados por outros movimentos de libertação, que parecerão em suas produções poéticas e literárias.

Conforme Tzvetan Todorov “a partir do momento em que se identifica o narrador (em sentido lato) de um livro, é preciso reconhecer também a existência do seu ‘parceiro’, aquele ao qual se dirige o discurso enunciado e que hoje se chama *narratário*.” (p. 59, 1973). Portanto, não nos ocuparemos com o rigor da escrita que, epistemologicamente, está ligada curta e diretamente ao conceito poético ocidental, nem, tampouco, enveredaremos no sentido da preocupação apenas literária, ainda que seja do ponto de vista neocolonizante abordado anteriormente. Abordar os textos produzidos pelo *momento da estrela*<sup>4</sup>, concretamente os eivados da vontade política que transparece na produção poética vindas de Cabral, será importante para percebermos o contexto que liga essa produção ao que foi produzido por outros autores africanos, logo após a sua morte.

Para entendermos o processo criativo literário que permeou as análises feitas da literatura cabo-verdiana, podemos afirmar que ela deriva da inconformidade das elites o arquipélago em relação à ausência da metrópole nos momentos de crise e seca nas ilhas. Basta dizer que “os romances cabo-verdianos possuem de um modo geral, uma relação muito estreita com a realidade das ilhas.” (Graça, 2007, p.75) O autor entende que as escolas literárias advindas da Europa ou do Brasil, não formaram a literatura cabo-verdiana, mas as estiagens, a partida das ilhas para outros campos de trabalho, principalmente por causa da fome é

---

<sup>4</sup> Conceito literário criado por nós, para a definição do momento em que a escrita que permeia os mesmos autores/atores da produção poética da libertação das colônias portuguesas, usando sua língua, suas simbologias, mas ressignificando-as para atingir os seus objetivos. Esse momento é marcado, essencialmente, pela marca da estrela negra que aparecerá posteriormente nas bandeiras dos partidos políticos que contestarão o sistema colonial.

que motivaram sobremaneira as escritas cabo-verdianas. De um modo diferente, aquando da visita de Gilberto Freyre as ilhas em outubro de 1951, afirmou que “Cabo Verde está literariamente mais preso ao Brasil que a Portugal” (Graça, 2007 p. 76) e essa constatação se deve a temática da seca adotada por alguns autores brasileiros, a estética a ambientação dos personagens e outros, tendo como pano de fundo principalmente aquele que falam das fomes no nordeste do Brasil, da secura da terra (igual a Cabo Verde) e a dureza da vida. A imigração cabo-verdiana, vai se aproximar da emigração nordestina.

A subordinação a esse outro espaço de referencia, no caso o Brasil, aqui representados principalmente pelas obras de *José Lins do Rego do Menino do Engenho* e do *Bangué*, Jorge Amado em *Jubiabá* e em *Mar Morto*, em Amando Fontes de *Os Corumbás*, Marques Rebelo em *O Caso de Mentira* e o deslumbramento causado ao ter contato com *Evocação do Recife* de Manuel Bandeira causaram certo distanciamento dos referenciais portugueses, mas não sem percebermos na fala dos «intelectuais portugueses que passam por Cabo Verde e fazem o discurso que os intelectuais cabo-verdianos engajados na *Claridade* gostam de ouvir: Cabo Verde culturalmente situado entre a Europa, o Brasil e África.» (Anjos, 2002, p. 107)

Ainda sobre Gilberto Freyre, outro que se posicionará em relação a sua ligação com Cabo Verde é José Carlos Gomes dos Anjos (2002) que dirá que nos meios intelectuais cabo-verdianos o cronista brasileiro é tido como uma espécie de messias, mostrando uma posição bastante regionalista que foi buscada em outras paragens, já que a questão da africanidade ou das motivações étnicas sociais, não se aproximam da literatura cabo-verdiana, mas, sim buscam ter uma autonomia em relação às demais posições africanas, aproveitando-se do fato de ser um ambiente insular.

Mas, essa posição adotada desde a década de 1930 pela elite intelectual cabo-verdiana, que adotara o mesmo como “a grande referência externa para o discurso da mestiçagem em Cabo Verde” (Anjos p. 115) se viram dececionados ao ouvi-lo afirmar que na essência, o povo das ilhas era negro que a sua cultura era africana. Para além, o mesmo ainda afirmou que “ilhas em que as populações fossem predominantemente africanas na cor, no aspeto e nos costumes, com salpicos, apenas, de influência europeia sobre essa predominância étnica e social”. (p. 115). Essa afirmação, ainda não mudou o ponto de vista de vários escritores do grupo literário da geração posterior a *Claridade*: o movimento Certeza.

Vejamos esse poema de Ovídio de Sousa Martins

Liberdade  
É no criá na Cabo Verde  
Um terra de nós vontade  
  
Sem seca  
Sem fome  
Sem Português. (Graça, 1988b, p. 8)



Discutindo a problemática momentânea do arquipélago, Ovídio Martins, sintetiza bem a realidade nos seus versos: o amor a terra, a referência direta ao tema da fome e da seca e ao jugo do colonialismo. Podemos observar que a temática, busca a realidade cabo-verdiana, mas, na sua essência, está desprovida de africanidade. Ela reclama a posse da terra ao cabo-verdiano, mas não sinaliza para uma aproximação com África, enquanto temática nos seus versos. A miscelânea linguística, que busca dar visibilidade a língua local, mas que mantém a língua portuguesa demonstra a ambiguidade do escritor, enquanto busca de originalidade.

Mesmo com alguns espíritos imbuídos pelo sentimento que tomava conta do continente africano e que ansiava ver os países libertos do jugo do colonialismo, em Cabo Verde pouco se viu no que se refere ao uso das letras para fazer uma literatura de combate, pelo menos até o início da guerra colonial, datada oficialmente e acontecida *apenas* no continente. Tanto que, em entrevista a Laban, (citado por ANJOS, 2002, p. 119) a escritora Orlanda Amarílis diria que a africanidade não passaria de um resíduo na produção estética literária em Cabo Verde. Se a estética se debruça, ainda, no modelo de romance brasileiro, como em José Lins do Rego - *Água Mãe*, isso se dá, pois, os autores (as) da época veem a cultura brasileira próxima de Cabo Verde, confundido o que o romancista apresenta na obra com o que, de fato, acontece na realidade local. Eis aí um duplo: a cultura cabo-verdiana espelhada pela brasileira. Feitiçarias, bruxedos, mau-olhado e quebranto são automaticamente associados à cultura africana – seriam formas de relações sociais prevalentes em África. A africanidade, tanto para a cultura brasileira como para a cabo-verdiana, aparece quase sempre associada à ideia de raízes, profundidade, algo que ascende, atualiza-se momentaneamente. Para essa escritora a cultura cabo-verdiana é apenas africana, tem algumas raízes africanas. Essa representação da cultura africana é uma assimilação do olhar intelectual brasileiro sobre África. É como se a intelectualidade cabo-verdiana visse a África pelo olhar do Outro, assumindo esse outro olhar como uma verdade comum (ao brasileiro e ao cabo-verdiano). Essa é a condição prévia de um afastamento de África dessa caboverdianidade em construção. (Anjos, 2002, p. 120).

Nesse clima de negação da africanidade, mesmo estando o arquipélago de Cabo Verde dentro do espaço geográfico africano, é que as elites literárias anteviam o processo de busca da libertação colonialista, que foi se dando pouco a pouco e tendo sido comandado por Amílcar Cabral.

#### IV

Sobre a última poetisa, Eneida Nelly (2011), naquele dia primeiro de maio de 2011 declamou um poema intitulado *Cabral*, do qual fazemos uma tradução/interpretação livre, percebemos o orgulho expresso no poema da sua caboverdianidade, da alegria de cantar Cabral, o que muda o olhar observado em outros

momentos da literatura cabo-verdiana anterior, mesmo aquela que dialoga ou busca dialogar com a sua língua materna.

**Cabral**

**Cabral, referencia di nha terra**

Cabral, referência da minha terra

**Ki nha Dona desde mininu ta contaba**

Que a minha avó desde criança contava

**Ma ele bai Guiné, mel bai luta pa se sangui**

Mas ele foi à Guiné, foi lutar para o seu sangue

**Mas na fim, bandera mon es tral se bida**

Mas no final, com a bandeira na mão tiraram-lhe a sua vida

**Vovó ta flaba, ma Cabral bai na mon di tuga**

Avó falava que Cabral se foi nas mãos dos portugueses

**Ma se vivencia, sta na fundo bida di caboverdiano...**

Mas a sua vivência está no fundo da vida dos caboverdianos...

Voz de enaltecimento, o espelho está presente pois ela diz nesse breve trecho aqui apresentado que a sua *avó desde criança contava* o que era esse modelo de herói de formação aqui apresentado. Será durante a sua curta experiência com a poesia que esse espelho funcionará e se apresentará como em *Lolita* (1955) ou em *Clarissa* (2012), dois romances típicos que abordam a estética do espelho e sua conjunção com o escritor, sua experiência e a sua atitude frente o objeto criado, a obra.

## BIBLIOGRAFIA

- ANJOS, J.C. G. dos. 2002. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre - UFRGS/IFCH; Praia – INIPC.
- CABRAL, A. 1976. *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, Vol. I: A Arma da Teoria - Unidade e Luta*. Editora Seara Nova, pp. 25-29.
- GRAÇA, C. Q. L. da. 2007. *Cabo Verde: Formação e Dinâmicas Sociais*. Praia, IIPC.
- GRAÇA, J. L. da 1998. “Vida e Obra de Ovídio Martins”. In: *Revista Pré-Texto*, ed. dezembro, Praia.
- LARANJEIRA, P. 1995. *De Letra em Riste*. Edições Afrontamento, Porto.
- MARGARIDO, A. 1980. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- NABOKOV, W. 1955. *Lolita*. The Olympia Press, Londres.
- NELLY, E. 2011. *Homenagem a Amílcar Cabral*. Declamado no dia 1 de maio de 2011, não publicado. Tarrafal.
- SANTOS, B. S. 2004. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. São Paulo: Editora Cortez.
- TODOROV, T. 1973. *Poética*. Trad. de António José Massano. Teorema, Lisboa.
- VERÍSSIMO, E. 2012. *Clarissa*. Companhia de Bolso, São Paulo.